



ENTREVISTA A DELFIM FERREIRA LEÃO, DOCENTE E TRADUTOR EM CULTURA CLÁSSICA

MANUELA PAIVA

Professora e Doutoranda ¹

Delfim Ferreira Leão nasceu no Porto, em 1970. É Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa pela Universidade de Coimbra, Mestre em Literatura Latina pela mesma Universidade e ainda Doutor em História da Cultura Clássica, também pela Universidade de Coimbra. É Professor Associado (com Agregação a partir de 10 de Dezembro de 2004), desde 2002. Integra a equipa de investigadores da unidade I&D Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH) da Universidade de Coimbra, desde 1993. Publicou quinze livros (alguns em colaboração), várias dezenas de artigos em revistas da especialidade e apresentou cerca de quarenta comunicações em encontros científicos. No âmbito da sua investigação, tem dedicado uma atenção especial à tradução e ao comentário de obras de autores clássicos, tendo-lhe sido atribuído o

¹ Manuela Paiva é Directora-Adjunta da *Confluências: Revista de Tradução Científica e Técnica*. Endereço para correspondência: <manuela.paiva@confluencias.net>.

Prémio União Latina / Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa, pela tradução da obra de *Aristóteles, Constituição dos Atenienses, ex aequo* com Paulo Ivo Teixeira.

A propósito deste Prémio, a *CONFLUÊNCIAS* foi ouvir o Professor Delfim Ferreira Leão.

(CONFLUÊNCIAS) Foi galardoado com o Prémio de Tradução Científica e Técnica. Esperava receber este Prémio?

(Delfim Ferreira Leão) A atribuição deste prémio foi, para mim, uma total surpresa, que começou, de resto, quando a Gulbenkian me contactou, solicitando que facultasse o original grego, uma vez que a *Constituição* tinha sido uma das obras seleccionadas para concurso. Por conseguinte, o facto de todo o processo me ter sido alheio – já que não fiz, pessoalmente, quaisquer diligências no sentido de apresentar uma candidatura – tornou o resultado mais gratificante.

Como surgiu a tradução desta obra?

A tradução desta obra surgiu por convite da Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira (minha orientadora no Doutoramento e com quem tenho a honra de trabalhar há bastantes anos), que me questionou acerca da minha disponibilidade para desenvolver este projecto para a Gulbenkian, dado que tenho vindo a interessar-me de forma crescente pelas questões de teorização política entre os Gregos.

Quanto tempo demorou a traduzi-la?

A tarefa viria a ocupar-me durante mais de um ano, não porque o original fosse extenso, mas por causa da própria complexidade que envolve a sua interpretação. Eu já conhecia bem esta obra, uma vez que a usara frequentemente no trabalho de investigação e, por isso, a primeira etapa de abordagem ao texto já estava concluída. No entanto, uma coisa é traduzir passos curtos; outra é harmonizar uma tradução completa.

Que método(s) adoptou para a sua tradução?

Entre os instrumentos fundamentais que me auxiliaram encontram-se os melhores (e por vezes bem extensos) comentários críticos ao original, determinantes no trabalho hermenêutico. Não basta saber grego e entender o original; é imprescindível aproximarmo-nos o mais possível das ideias do autor, de forma a procurar garantir uma versão que seja simultaneamente fiel ao original e escorreita em português.

Que problemas, ao nível da tradução, lhe levantou esta obra?

Um dos primeiros problemas dizia respeito à necessidade de verter para português termos que não existiam no nosso idioma. Não me refiro apenas a nomes próprios, já que neste caso a solução é menos complexa, embora não esteja isenta de escolhas; as dificuldades maiores surgem na altura de traduzir conceitos ou palavras-chave com um significado técnico e usadas, não raras vezes, com uma recorrência que é incomportável num texto em português. Em casos como estes, o tradutor tem de optar entre o uso de paráfrases, de sinónimos, ou entre a premência de introduzir um vocábulo novo. Ora a decisão entre estas várias hipóteses nunca é fácil...

Considera que as traduções das obras clássicas devem ser edições bilingues, isto é, devem ser acompanhadas do original?

Há fases diferentes no processo de amadurecimento do trabalho de tradutor (...) torna-se fundamental optar apenas por matérias nas quais vamos aprofundando o conhecimento e onde, por esse motivo, o nosso contributo pode ser mais pertinente

A opção por uma edição bilingue depende da natureza do original e do público-alvo. À partida, uma edição bilingue implica pelo menos uma duplicação dos custos (sem contar com os direitos de autor – neste caso, não os de Aristóteles, obviamente, mas os do responsável pela edição crítica usada) e o editor, regra geral, não está disponível para assumir mais encargos. Por outro lado, o público que se interessaria por um original em grego antigo é reduzido e poderá consultar edições feitas no estrangeiro, pelo que a edição bilingue se torna pouco atractiva. No entanto, a situação poderia inverter-se; dou apenas o exemplo de Itália, onde existem inúmeras traduções dos clássicos e continuam a fazer-se edições bilingues, com custos controlados, que são verdadeiras campeãs de vendas. Em Portugal, estamos muito longe deste cenário. Por outro lado, há casos em que a opção bilingue é praticamente obrigatória, como acontece quando se traduz (e muitas vezes se edita) pela primeira vez documentos originais e desconhecidos mesmo dos especialistas; é o que acontece, por exemplo, com a tradução de textos medievais e renascentistas.

Quando escolhe, ou aceita propostas de textos para traduzir, selecciona ou aceita apenas os que se encontram no domínio da sua especialidade?

Há fases diferentes no processo de amadurecimento do trabalho de tradutor. Quando se começa, ninguém é especialista, pelo que acabamos por desenvolver os projectos de que outras pessoas nos incumbem, regra geral colegas de trabalho mais experientes, que até se disponibilizam para a tarefa de supervisão. Contudo, à medida que se vai tomando consciência da própria responsabilidade da tradução, torna-se fundamental optar apenas por matérias nas quais vamos aprofundando o conhecimento e onde, por esse motivo, o nosso contributo pode ser mais pertinente.

Quando traduz, usa metodologias diferentes segundo o(s) público(s) a quem se destinam os textos traduzidos, nomeadamente os especialistas, os estudantes ou o público em geral?

Sem dúvida; não apenas na tradução, mas também nas introduções e notas que geralmente acompanham a versão portuguesa de autores gregos e latinos. Em termos de exigência e seriedade, há que partir sempre do princípio de que o nosso trabalho irá ser avaliado por outros especialistas. No entanto, na versão final, a tradução tem de ir ao encontro do leitor que se pretende atingir. Uma colectânea de textos para estudantes, por exemplo, pressupõe uma variação de estilo maior e, por vezes, a simples transliteração de termos originais, que definem conceitos ou realidades a discutir no seu contexto de produção. Um especialista aprecia, regra geral, notas mais generosas que ultrapassem o simples patamar da alta divulgação. Porém, se a obra se destina ao público em geral e se o editor até optou por eliminar as notas explicativas, a tradução deverá fornecer já, de alguma forma, a chave interpretativa que vai orientar um leitor menos familiarizado com o universo em questão.

Qual a sua opinião sobre as traduções que se fazem em Portugal, na sua área de especialização?

Há, em termos gerais, dois grandes tipos de traduções dos clássicos: as que são feitas a partir do original e as que derivam de traduções existentes já noutras línguas. Este segundo processo não pode, por razões evidentes, ser considerado cientificamente sério, o que não implica necessariamente uma desconsideração objectiva do autor da tradução, que até pode ser um bom profissional; não pode é responder pela exactidão do resultado final, se está a traduzir já em segunda ou terceira mão. Infelizmente, esta opção acaba por ser frequente, com resultados muitas vezes desastrosos, que redundam em verdadeiros atentados à memória do autor.

Como surgiu a tradução no seu percurso profissional?

Antes de mais, por ser uma actividade obrigatória na minha formação académica, quer para o aprofundamento do domínio do grego e do latim, quer ainda para desenvolver projectos de investigação científica. Ao preparar a tese de Mestrado, aprendi imenso com o meu orientador de então (Professor Doutor Walter de Medeiros), mas só depois comecei a traduzir de forma sistemática. Primeiro, em parceria com colegas mais experientes (como aconteceu na versão do livro 6 das *Histórias* de Heródoto), até ir ganhando autonomia crescente.

Curiosamente, os prémios de tradução científica e técnica costumam ser atribuídos a especialistas de diferentes áreas, que têm a tradução como segunda actividade. Concorda que só este tipo de especialistas é bom tradutor nas áreas técnicas e científicas?

Penso que não, se bem que essa realidade que referiu seja até compreensível. Um tradutor de profissão faz necessariamente trabalhos de natureza muito variada e o que essa experiência lhe faculta em termos de maleabilidade, acaba por retirar-lho no respeitante à especialização em áreas específicas. Uma pessoa que viva da tradução pode fazer, obviamente, uma versão de excelência de uma obra técnica, mas precisará sempre do apoio de um especialista da área. No caso dos clássicos, o desconhecimento da língua original é o primeiro (e incontornável) óbice.

Que pontos de contacto acha que existem entre a tradução da sua área de especialização (a Cultura Clássica) e a tradução de outras áreas mais técnicas?

necessitaríamos mesmo de uma política de apoio à tradução especializada

Creio que os problemas com que um tradutor se debate são, em termos gerais, sempre os mesmos: a necessidade de conhecer bem a língua original e aquela para a qual se propõe traduzir; a obrigação de verter fielmente uma obra, mas sem ceder tanto ao sentido literal que torne a tradução pesada e hermética; a consciência do peso técnico da terminologia exacta, que não se compadece com opções aproximadas, que imediatamente denunciam a ligeireza de análise. Por outro lado, seria muito difícil a alguém viver unicamente da tradução técnica, pelo que o arrimo de uma outra actividade principal se torna quase obrigatório.

Que formação deve ter um tradutor que se queira dedicar à tradução da Cultura Clássica?

Antes de mais, tem de dominar as línguas clássicas; de outra forma e na sequência do que atrás se disse, estará apenas a iludir-se a si mesmo e – o que é bem pior! aos leitores; deve possuir ainda um conhecimento consistente do contexto de produção das obras que se propõe abordar.

Inversamente, pensa que os especialistas das diferentes áreas, para serem tradutores, devem ter alguma formação em Tradução?

Colocando a questão ao contrário, é também evidente que um tradutor deve ter alguma formação em Tradução e nas técnicas e múltiplos problemas que acompanham essa actividade.

Quando lê uma tradução, o que é para si mais importante: a precisão terminológica, a correção linguística ou outros aspectos?

Tudo é importante numa tradução rigorosa. Uma pessoa que escreve bem, mas tropeça na precisão terminológica, deixa logo um travo de insatisfação no leitor. Contudo, talvez a essência da tradução se possa resumir no esforço de respeito pela elevação do original – e isso implica compreender que nem todos os originais têm igual elevação...

Considera que em Portugal há uma política para a tradução especializada?

Diria apenas que há alguns esforços para promover a tradução especializada, quase sempre em consequência de necessidades científicas ou académicas, circunstância que ajuda a justificar a origem profissional dos responsáveis por essa tradução especializada. No entanto, este tipo de tradução é, regra geral, contrário à massificação, com consequências evidentes no sucesso editorial, pelo que necessitaríamos mesmo de uma política de apoio à tradução especializada, que neste momento seria quase inexistente, se não pudéssemos contar com a Gulbenkian, a Imprensa Nacional, alguns incentivos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e mais uns quantos exemplos louváveis, mas isolados.

Um comentário final ao seu trabalho e ao Prémio que recebeu.

Se há aspecto que este Prémio veio realçar na forma de conduzir o meu trabalho, é o reforço da necessidade de encará-lo com rigor e com seriedade, tendo sempre por fim último a preocupação com a excelência – e não a miragem fugidia dos Prémios.

Muito obrigada pela sua colaboração. ■